

Pacheco devolverá a Lula proposta que restringe uso de créditos do PIS/Cofins

Medida Provisória (MP) trata da compensação da desoneração da folha de pagamento de empresas e municípios

Brasília - O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nesta terça-feira (11) que vai devolver ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mudanças no PIS/Cofins feitas via Medida Provisória (MP) para compensar a desoneração da folha de pagamento de empresas e municípios.

Pacheco se reuniu com Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta segunda (10). Segundo relatos, o senador mineiro mencionou a possibilidade de devolver a MP e pediu uma posição do governo até esta terça.

O presidente do Congresso reclamou da decisão do governo de tratar do tema via medida provisória, instrumento com



Rodrigo Pacheco reclamou da decisão do governo de tratar do tema via medida provisória

eficácia imediata, e demonstrou preocupação com a forte reação do empresariado.

Pacheco foi avisado pelo governo do teor da MP antes

da publicação, na terça-feira da semana passada (4), mas pessoas próximas ao senador dizem que ele não recebeu detalhes da mudança - o que um

ALEGAÇÃO

O parlamentar afirma que a MP não atenderia ao requisito de urgência

auxiliar de Lula nega.

Pacheco também pediu um estudo à consultoria do Senado sobre o tema. O documento não foi divulgado. Segundo um senador a par das negociações, o parecer respaldaria a decisão de devolver a medida provisória ao governo.

O parlamentar afirma que a MP não atenderia ao requisito de urgência porque ainda há tempo hábil para cumprir a decisão do

STF de 17 de maio, que exigiu a apresentação de uma compensação para a desoneração da folha em até 60 dias.

Segundo o senador, o parecer do Senado também traz ressalvas sobre os princípios da não cumulatividade e da anualidade tributária. Na quinta (6), cardeais do Senado conversaram pessoalmente com o ministro da articulação política, Alexandre Padilha, e relataram que o incômodo do empresariado tem chegado ao Congresso.

Um dos senadores lembrou que a MP da subvenção do ICMS só foi aprovada no ano passado às vésperas do recesso, após quatro meses de negociação - e que a reação do empresariado era visivelmente menor.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Brasil Pagina: 10